



Resolução

Pela Paz e solidariedade com os povos que são vítimas de agressão e repressão

Entre 10 e 21 de Maio, o exército israelita matou cerca de 230 palestinianos na Faixa de Gaza, 63 dos quais eram crianças e menores, mais 29 nos territórios ocupados.

O Exército israelita que justificou mais esta brutal agressão como resposta aos rockets lançados pelo Hamas, que terão vitimado 12 pessoas, bombardeou escolas, hospitais, laboratórios, centros de vacinação, edifícios residenciais e da imprensa internacional, infra-estruturas de água e saneamento. Os ataques ocorreram contra um povo e um território há décadas bloqueado e violentado pelo Estado de Israel que, mesmo no meio de uma pandemia, se negou a vacinar os palestinianos e dificultou a entrada de vacinas adquiridas pelas autoridades palestinianas.

O silêncio e a conivência das grandes potências têm possibilitado esta violência. Entretanto, a nova maioria política sionista apresenta como objectivo a ocupação total da Cisjordânia.

Do outro lado do mundo, os colombianos, em greve geral desde o final do mês de Abril contra as medidas anti-sociais e anti-laborais do governo, denunciam a brutal repressão levada a cabo pelas forças de segurança. Os sindicatos e organizações dos direitos humanos contabilizaram já dezenas de assassinatos e centenas de desaparecidos.

Aqui ao lado, o Reino de Marrocos continua a oprimir de forma brutal o povo saharauí, e em resposta ao facto de Espanha ter recebido num hospital um dirigente histórico da Frente Polisário, não hesitou em abrir a fronteira de Ceuta criando o caos e pondo em perigo a vida de milhares de imigrantes ilegais.

Perante estes dramáticos acontecimentos, a Direcção Nacional do STAL, reunida em 9 de Junho, afirma a sua solidariedade com os povos que são vítimas de agressão e repressão, bem como com todos os que lutam pelo direito à autodeterminação e pela Paz, e exige que o Governo Português assumira uma posição clara que condene toda e qualquer acção de violência, na maior parte dos casos em violação pelas normas do direito internacional e desrespeito por resoluções da ONU.

Lisboa, 9 de Junho de 2021